



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2021

Permite o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito nas modalidades remota e semipresencial durante a pandemia da Covid-19.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Permite o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito nas modalidades remota e semipresencial durante a pandemia da Covid-19.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** Durante a pandemia da Covid-19, as comissões parlamentares de inquérito instaladas no Senado Federal, com base nos arts. 145 e seguintes do Regimento Interno, ficam autorizadas a funcionar na modalidade remota.

*Parágrafo único.* As comissões parlamentares de inquérito ficam, ainda, autorizadas a funcionar de forma semipresencial, caso os riscos e dificuldades causados pela pandemia da Covid-19 sejam reduzidos a ponto de se viabilizar a adoção dessa modalidade.

**Art. 2º** As reuniões de comissão parlamentar de inquérito realizadas na modalidade remota, nos termos do *caput* do art. 1º, observarão as seguintes diretrizes:

I – as reuniões serão virtuais, realizadas por meio do Sistema de Deliberação Remota e convocadas para dia e horário previamente comunicado com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas;



II – o funcionamento da comissão será definido pela respectiva Presidência, em especial a ordem dos depoimentos e oitivas e o momento em que será iniciada cada votação;

III – no caso da realização de votações secretas pela comissão, serão instalados totens na portaria da garagem e na Chapelaria, para que os membros, em especial os senadores em grupo de risco, possam exercer seu direito ao voto sem necessitar entrar no edifício do Senado Federal;

IV – a transmissão de imagens e a captura de fotos nas dependências da comissão serão realizadas exclusivamente via Agência/TV Senado;

V – o Presidente da comissão poderá facultar ao senador relator que leia trechos de seu relatório, sem prejuízo de sua prévia e tempestiva publicação.

**Art. 3º** As reuniões de comissão parlamentar de inquérito realizadas na modalidade semipresencial, nos termos do parágrafo único do art. 1º, observarão, além do disposto nos incisos III a V do art. 2º, as seguintes diretrizes:

I – o funcionamento da comissão será definido pela respectiva Presidência, em particular:

- a) o acesso ao plenário da comissão;
- b) a forma como as autoridades e pessoas convocadas ou convidadas se apresentarão (se presencialmente ou por via remota);
- c) a ordem dos depoimentos e oitivas;
- d) o momento em que será iniciada cada votação no âmbito da comissão.

II – as regras de acesso ao plenário da comissão serão encaminhadas previamente por escrito à Secretaria de Polícia Legislativa, para que execute as medidas de controle e fiscalização;

III – o acesso à comissão será reservado a senadores, deputados federais e o número indispensável de funcionários da Secretaria-Geral da

Mesa, da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Polícia Legislativa;

IV – o acesso à comissão será controlado por policiais legislativos, que poderão impedir a entrada de quem não estiver autorizado;

V – o distanciamento social será realizado por meio da limitação de cadeiras, de forma a se garantir o limite físico de segurança;

VI – será franqueado o espaço do corredor da comissão às assessorias de imprensa e imprensa credenciada, mediante prévia solicitação à Secretaria-Geral da Mesa, obedecidas a lotação do espaço e as normas de distanciamento;

VII – os senadores que integrarem o grupo de risco estarão dispensados da presença, nos termos do Ato do Presidente nº 4, de 16 de março de 2020.

**Art. 4º** Durante as reuniões remotas de comissão parlamentar de inquérito, os membros usarão da palavra e participarão de votações ostensivas por meio do Sistema de Deliberação Remota.

*Parágrafo único.* Nas reuniões semipresenciais de comissão parlamentar de inquérito aplica-se o disposto no *caput* aos membros que estiverem fora das dependências do Senado Federal, reservando-se o voto nas deliberações secretas aos senadores que estiverem fisicamente nas dependências do Senado Federal.

**Art. 5º** Na hora da reunião, remota ou semipresencial, os membros da comissão receberão endereço eletrônico por meio do qual poderão conectar-se à reunião virtual.

**Art. 6º** Proposições e documentos legislativos deverão ser apresentados remotamente, por sistema de protocolo eletrônico, e publicados na página eletrônica da comissão.

§ 1º O recebimento de proposições e documentos legislativos pela comissão será automático e considerado etapa preliminar da publicação e disponibilização, devendo ser registrada a autoria em nome do parlamentar remetente.



SF/21203.47061-28

§ 2º Na hipótese de proposição e documento legislativo com prazo de recebimento, somente serão recebidos aqueles cujos prazo e hora de envio forem tempestivos.

§ 3º É responsabilidade do remetente acompanhar o devido recebimento da proposição ou documento legislativo enviado para a comissão.

§ 4º O envio de documento e proposição legislativa é irrevogável, podendo haver, no entanto, sua retirada por requerimento autônomo.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Resolução do Senado Federal que ora apresentamos tem por objetivo assegurar a instalação e o funcionamento de comissão parlamentar de inquérito (CPI) durante a pandemia da Covid-19 que vem se agravando de maneira alarmante neste país.

A função fiscalizadora do Poder Executivo é atribuição inafastável do Poder Legislativo e seu exercício não pode ser inviabilizado pela inocorrência de reuniões presenciais por parte de suas Casas. Tampouco é razoável que se exija, neste período de colapso na saúde e de total falta de controle no contágio pelo coronavírus, o comparecimento físico dos membros de CPI, bem como de autoridades e pessoas convocadas ou intimadas, especialmente o daqueles que integram o grupo de risco.

Dessa forma, tendo em vista as dificuldades e riscos da realização de reuniões presenciais no momento, a proposição em tela estabelece regras que autorizam e regulam a realização de reuniões de CPI no Senado Federal durante a pandemia da Covid-19 de forma remota ou ainda de forma semipresencial, caso as adversidades sejam reduzidas e controladas a ponto de se viabilizar a adoção dessa última modalidade.

Tais regras se espelham em normas já adotadas por esta Casa desde o início da pandemia da covid-19, quais sejam, o Ato da Comissão Diretora nº 7, de 17 de março de 2020, que *institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal*; a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da



SF/21203.47061-28

Mesa nº 14, de 21 de maio de 2020, que *dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de proposições e documentos legislativos de forma remota, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal*; e o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 15 de setembro de 2020, que *disciplina o funcionamento semipresencial do Senado Federal*.

Estamos convictos de que a medida permitirá o funcionamento pleno e regular de CPIs, em especial da que pretende apurar as ações do governo federal no enfrentamento da pandemia de covid-19 que já vitimou mais de trezentas e cinquenta mil pessoas no Brasil, inclusive as ações relacionadas à crise sanitária no Amazonas quando o estado passou por um colapso na rede de saúde com falta de insumos e oxigênio para os pacientes internados.

Afinal, as inúmeras e diárias notícias dos principais veículos de comunicação sobre doentes morrendo por falta de condições mínimas e de itens essenciais para o correto tratamento e própria sobrevivência revelam a necessidade de imediata apuração das ações e omissões do Poder Público Federal por esta Casa Legislativa e pronta resposta à sociedade, uma vez que já foi deferido pelo Ministro Roberto Barroso, no Mandado de Segurança nº 37.760, ajuizado no Supremo Tribunal Federal, pedido liminar para determinar a adoção das providências necessárias à criação e instalação da CPI, na forma do Requerimento SF/21139.59425-24.

Dada a relevância da proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI

Senador JOSÉ SERRA

Senador TASSO JEREISSATI

# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>